## DECRETO N.º 7.037, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

REVOGA O DECRETO Nº 6.724-A E **ESTABELECE** NOVO **ESCALONAMENTO ACUMULATIVO** PARA O SALDO REMANESCENTE DO VALOR APURADO PARA A BASE DE CÁLCULO DO IPTU. CONFORME REAVALIAÇÃO DA **PLANTA** GENÉRICA DE VALORES, DIVIDIDO NOS EXERCÍCIOS DE 2024, 2025 E 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 19 da Lei nº 3.993, de 13 de outubro de 2022:

**CONSIDERANDO** a necessidade de distribuir o valor apurado ao longo de 4 (quatro) anos de maneira escalonada e progressiva, visando atingir 100% (cem por cento) do montante total;

**CONSIDERANDO** que, no DECRETO nº 6.724-A, de 10 de fevereiro de 2023, o valor apurado foi distribuído progressivamente em 4 (quatro) partes acumulativas de 25% para cada ano;

**CONSIDERANDO** que o contribuinte já quitou uma parte (25%) do valor total apurado no ano de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de respeitar o princípio da capacidade contributiva do contribuinte;

## DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n.º 6.724-A, de 10 de fevereiro de 2023.



## Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

- **Art. 2º** Fica estabelecido o novo escalonamento acumulativo anual para o saldo remanescente do valor apurado para a base de cálculo do IPTU, de acordo com a reavaliação da planta genérica de valores, conforme Lei nº 3.993, de 13 de outubro de 2022, distribuído nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, da seguinte forma:
- 2024 Acrescenta-se 10 pontos percentuais ao valor do escalonamento do ano anterior;
- 2025 Acrescenta-se 30 pontos percentuais ao valor do escalonamento do ano anterior;
- 2026 Acrescenta-se 35 pontos percentuais ao valor do escalonamento do ano anterior.
- **Art. 3º** Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira Em, 24 de janeiro de 2024.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal